

APRESENTAÇÃO DA 1.^a EDIÇÃO EM ALEMÃO

pelo Prof. Dr. Sérgio Buarque de Hollanda

A contribuição de elementos alemães à formação nacional do Brasil já tem sido abordada de variados prismas por estudiosos ilustres. E só a um exame superficial parecerá o empenho desses estudiosos desproporcionado com a participação numérica daqueles elementos nas correntes migratórias que, sobretudo durante o último século, se agregaram ao fundo luso-brasileiro de nossa população. Se numericamente a proporção de imigrantes de procedência germânica, entre nós, foi, com efeito, menos conspícua do que a de correntes de outras origens, esse fato mal nos pode dar a medida precisa da importância qualitativa de sua contribuição. E, em verdade, não só qualitativa. Diversos fatores, e entre eles devem destacar-se as próprias contribuições históricas que já, e principalmente, durante o império, presidiram o estabelecimento de núcleos coloniais germânicos no Sul do Brasil, são responsáveis pelo grau relativamente maior de segregação em que, desde o primeiro momento, se desenvolveram aqueles núcleos. O resultado foi que centenas de milhares de brasileiros de pura ascendência alemã podem representar, até aos nossos dias, a etnia e, em parte considerável, também a cultura dos seus antepassados do Velho Mundo.

De sorte que, através desses netos e bisnetos de colonos que nos nossos Estados sulinos constituem uma parcela cada vez mais ponderável da população, o sangue, as tradições, as formas de vida e de convívio característicos de seu meio ancestral, representam uma força atuante, independentemente da presença ou não de afluxos migratórios do ultramar. Esse, e ainda o fato das mesmas populações serem naturalmente permeáveis a certas solicitações do ambiente em que vivem e mesmo do contato sempre existente, apesar de tudo, com seus vizinhos de outras origens, em particular com os luso-brasileiros, criaram condições *sui-generis*, que só por si justificam e reclamam um reexame constante.

A verdade, no entanto, é que os estudos até agora sugeridos por essas condições, mesmo os mais extensos e meticolosos, como é o caso, por exemplo, dos trabalhos históricos de Aurélio Porto sobre a colonização no extremo-sul, ou o das pesquisas sociológicas de Emílio Willems acerca da marginalidade entre os teuto-brasileiros na mesma região, ou ainda as investigações de Wagemann e, mais recentemente, de Nauck, a propósito da vida social e econômica dos colonos estabelecidos no Estado do Espírito Santo — e as referências poderiam ser multiplicadas — conservam

quase sempre um caráter necessariamente fragmentário e monográfico. É muito provável que, dada a sua missão específica, o estabelecimento de limites estritos, no espaço e no tempo, para o objeto de tais estudos, seja um requisito essencial de objetividade e de rigor. E é de esperar que aquele tipo de análise estritamente monográfico e fragmentário, de uma situação que envolve aspectos tão divergentes, seja constantemente estimulado e renovado.

Contudo, o excesso de pretensão, tantas vezes e com tão boas razões apontado, dos que, sobre fundamentos hipotéticos e discutíveis, buscam erigir vastas e prematuras sínteses históricas, pode servir para explicar, não certamente para justificar e endossar, a ambição paralela dos que se aferram com exclusivismo e uma análise puramente microscópica.

No limiar da sua recente História das Cruzadas, pôde escrever com justeza o professor Steven Runciman que, esmagado pela profusão de minúcias e atemorizado ante a severa vigilância dos seus colegas, o historiador moderno tende, não raro, a refugiar-se em artigos eruditos, em dissertações especializadas ao extremo, fortalezas exíguas, e que são facilmente defendidas contra quaisquer ataques. "Seus escritos, nesses casos, podem ser do mais alto valor", observa Runciman, "mas não representam em si mesmos um fim". E acrescenta: "Penso que o supremo dever do historiador consiste em escrever obras de história. Isto é, consiste em tentar registrar, numa ampla seqüência os maiores acontecimentos e movimentos que abalaram os destinos do homem. O autor que tenha coragem para empreender uma tal tentativa não deveria ser criticado por sua ambição, embora possa merecer censuras, eventualmente, pela insuficiência de seu equipamento ou pela inanidade das conclusões a que chegou."

No livro que me honro de apresentar, o Sr. Carlos H. Oberacker Jr. teve essa louvável e salutar coragem. Já a amplitude do propósito que o animou a realizar a sua acurada pesquisa, legitimaria por si só o tratamento extensivo e, digamos assim, "macroscópico" do tema. Não se trata, aqui, apenas, como se poderia supor, de traçar a evolução das colônias alemãs estabelecidas no Brasil, a partir dos anos que se seguiram a nossa emancipação política, mas sim de investigar a atuação de elementos germânicos a contar das épocas que se seguiram ou mesmo que antecederam longamente ao próprio descobrimento do Brasil e da América.

Nem é seu intento deter-se apenas no estudo dos descendentes de alemães que, longe de sua terra de origem, puderam preservar intactos os legados de sangue e cultura dos seus avós, mas considerar a própria evolução brasileira, em suas diferentes fases, na medida em que foi afetada e, muito possivelmente, fertilizada pela ação de indivíduos de estirpe germânica. Finalmente, ao tratar de alemães, não quis ele restringir-se naturalmente ao significado mais estreito que o termo adquiriu, sobretudo depois da constituição, há oitenta anos, ou pouco mais, do império que, sob a égide da Prússia, se erigiu na Europa Central; preferiu atribuir-lhe o sentido que, mesmo para os não-alemães, teve aquela expressão durante a maior parte do período abrangido pelo seu trabalho. Era inevitável, neste caso, que a designação genérica incluísse igualmente certos povos — os austríacos, por exemplo, ou os alsacianos e suíços de língua alemã — que, embora dissociados, hoje, politicamente, dos alemães do Reich, a eles se associam, entretanto, por evidentes laços étnicos, lingüísticos e históricos.

Haverá, certamente, quem oponha certas reservas — e em princípio eu não deixaria de dar-lhe razão — ao fato do autor, abrindo em demasia as hastes do com-

passo, não hesitar em associar-lhes até mesmo holandeses e flamengos. Para aceitar integralmente esse ponto de vista, seria preciso, creio eu, que se desdenhassem as razões tão magistralmente glosadas por Jan Huizinga, que levaram a vida espiritual e a consciência nacional da Holanda a se definirem, sobretudo a partir de meados do século XVII, à margem dos seus vizinhos do Leste e, não raro, em contraste com eles. E o que pode parecer exato com relação a holandeses, não o seria, e em grau ainda maior, no caso dos flamengos? Pois se é certo, como nota o autor, que o território atual da Bélgica esteve integrado entre os domínios imperiais até fins do século XVIII, não seria lícito lembrar que, antes de formar parte dos Países Baixos austríacos, a maior parte desse território estivera sujeita sucessivamente, e por muito mais tempo, a franceses, burguinhões e espanhóis?

Por outro lado, mesmo no caso dos flamengos, seus vínculos com o mundo de língua alemã são mais íntimos, em realidade, do que o sugerem essas vicissitudes históricas e políticas. O próprio autor não deixa de observar como, até fins do século XVIII, o alto-alemão fora cultivado como idioma escrito e literário em algumas das principais cidades flamengas. E quanto aos holandeses, a muralha que os separa da comunidade cultural alemã só se tornou definitiva — notara-o, aliás, o próprio Huizinga — em meados do século XVII.

Acolhendo, até certo ponto, uns e outros, flamengos e holandeses estabelecidos no Brasil colonial entre os membros daquela comunidade, o Dr. Oberacker não pode ser acusado de torcer a verdade histórica.* E nem, ao menos, de querer ampliar arbitrariamente o objeto de seu estudo, deitando, como se diz, água no vinho. Ao contrário, cabe afirmar que agiu, nesse ponto, com exemplar prudência, traçando limites — limites tanto quanto possível, objetivos e determinados por fatores históricos e culturais, daquela extensão, que só em nossos dias poderia passar por abusiva — da influência alemã no Brasil. E não é tudo quando se poderia desejar onde se trata de um estudo histórico?

No caso dos neerlandeses que se fixaram entre nós, essa prudência é manifesta quando se cinge à época anterior ao estabelecimento dos mesmos no nordeste brasileiro. Se o autor pode ter errado nos limites que traçou, dificilmente se dirá que errou por excesso. Não foi um autor brasileiro, o Sr. Gilberto Freyre, quem disse, certa vez, que o domínio colonial holandês no Brasil também representou largamente um domínio inglês e francês? Pode-se acrescentar, sem exagero, que representou também, e ainda mais, um domínio alemão. Alemães, e alemães do território hoje compreendido

* Este problema é, sobretudo em relação a esta nova edição, de natureza teórica, visto que praticamente só encontramos cinco genuínos flamengos de alguma projeção na história brasileira: os Arsing ou Arzão, os van den Berg ou Campos, os Tack ou Taques, os Betinck ou Betim e Ludovico Wolf. Apesar de continuarmos a manter o ponto de vista corroborado pelo eminente historiador, ex-catedrático da Universidade de São Paulo, resolvemos, para evitar discussões inúteis, mencionar estes flamengos somente à margem. Todos os outros flamengos ou neerlandeses da época colonial são descendentes, ou melhor, filhos de imigrantes alemães que consideramos da mesma maneira neste trabalho como os próprios teutos nascidos no Brasil. Frisamos mais uma vez que nosso trabalho é uma pesquisa que se baseia exclusivamente no conceito étnico-cultural e lingüístico e que da mesma maneira, como por exemplo na literatura alemã, sempre foram incluídos os austríacos, alemães-sudetos, alsacianos, suíços de língua alemã, etc., não hesitamos incluí-los neste nosso trabalho apolítico, e que é, precisamente por este motivo, que damos preferência ao conceito teuto ou germânico em vez de alemão, que poderia ser malevolamente confundido com a palavra "reichsdeutsch", "bundesdeutsch", etc., sempre com algum sabor político.

no Reich, foram muitos dos administradores e altos funcionários que nos enviou a Companhia das Índias Ocidentais, a começar pelo seu general mais ilustre, Sigismundo von Schkoppe. Alemães fugidos das guerras de religião, foram também muitos, senão a maior parte, dos colonos que então se instalaram em Pernambuco e regiões vizinhas — os *germanorum profugi* de Gaspar Barlaeus. Alemão, enfim, foi o próprio governador do Brasil holandês na época da sua maior prosperidade: o conde João Maurício de Nassau.

E em verdade, quando se fala em influência alemã no Brasil — alemã no sentido mais lato e, todavia, não menos exato, da palavra — não cabe destacar apenas a sua atuação no Norte e Nordeste holandeses. Os antigos historiadores jesuíticos costumavam dizer de São Paulo, na era das bandeiras, que era um núcleo onde se tinham aglomerado, de início, aventureiros vindos de todos os recantos da Europa e não apenas de Portugal. Há aqui, sem dúvida, um exagero, mas apenas um exagero. Não será inútil lembrar, talvez, como o faz em seu livro o Dr. Oberacker, que alemães e flamengos se acham à origem de numerosas famílias estabelecidas no planalto de Piratininga. Que entre os primeiros descobridores do metal precioso em Minas Gerais, por exemplo, figurava um neto de Cornelius Arsing (Cornélio de Arzão), natural de Flandres. Que o fundador de Curitiba era neto, por sua vez, de Eobanus Hessus, o humanista alemão, amigo de Erasmo e de Melanchton, encontrado no século XVI em São Vicente, por outro alemão de Hesse: Hans Staden. Que os nomes flamengos de Franz Tack e de Geraldo Betting, de Duisburgo — para citar somente esses — reaparecem nos apelidos bem paulistas de Taques e Betim. Tais fatos parecem dar toda razão ao ponto de vista expresso pelo autor, no pórtico deste livro, onde nota como “além dos portugueses, outros povos europeus, particularmente alemães, espanhóis, italianos, franceses, ingleses e israelitas, tiveram uma notável participação no desenvolvimento nacional do Brasil”. É precisamente este ponto que historiadores brasileiros deverão ter sempre em mente se quiserem fugir a uma interpretação exclusivista e parcial do nosso passado e também do nosso presente. O trabalho que, com notável zelo e abundante documentação, acaba de realizar o Dr. Carlos Henrique Oberacker Jr., representa já um grande passo nesse sentido e, por isso, pode dizer-se que não interessa apenas a alemães e descendentes de alemães, como tais. Abrindo perspectivas novas para o melhor conhecimento de nossa gente e de nossa terra, a sua obra é, por todos os aspectos, uma contribuição pioneira e quero crer que altamente fecunda.

São Paulo. Junho de 1955.

